

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2026.r7a50>

Recebido em: 22/07/2026

Aceito em: 19/08/2026

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS SUJEITOS DO CAMPO: UM ESTADO DO
CONHECIMENTO SOBRE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NA REVISTA
BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (2020-2026)**

**PROFESSIONAL EDUCATION FOR RURAL POPULATIONS: A STATE-OF-THE-
KNOWLEDGE STUDY ON INTEGRAL HUMAN FORMATION IN THE
BRAZILIAN JOURNAL OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL
EDUCATION (2020–2026)**

Kelvin Nascimento De Lira

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2495992146993224>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-8625-0931>

Especialista em Ensino de Ciências Naturais na Educação Básica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: kelvinlira810@gmail.com

RESUMO

A Educação Profissional voltada aos sujeitos do campo compõe um importante espaço de debate sobre o direito à educação, à formação humana e à valorização dos territórios rurais. Historicamente marcada por desigualdades e por uma formação direcionada principalmente às necessidades produtivas, essa categoria de ensino passou a ser debatida a partir de perspectivas que defendem uma educação mais extensa, crítica e integrada às realidades dos povos do campo. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a produção científica sobre a Educação Profissional para estudantes do campo na Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT), no período de 2020 a 2026, visando identificar abordagens, contribuições e lacunas presentes nas pesquisas. No âmbito metodológico, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica do tipo Estado do Conhecimento, fundamentada em Morosini e Fernandes (2014), utilizando como base a análise de artigos científicos relacionados à temática. Os resultados demonstram que a Educação Profissional do Campo está inserida em um cenário de disputas entre diferentes projetos educativos: sob uma determinada ótica, existe propostas baseadas pela lógica mercadológica e pela formação técnica voltada às necessidades do sistema produtivo; por outra, concepções fundamentadas na Formação Humana Integral, que defendem a integração entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia. As produções analisadas destacam a importância da valorização dos saberes rurais, da construção de currículos contextualizados e do fortalecimento da autonomia dos estudantes. Conclui-se que a Educação Profissional para os cidadãos do campo deve ir além de uma perspectiva instrumental e adotar responsabilidade com a formação crítica, a emancipação humana e a transformação social.

Palavras-chave: Educação profissional; educação do campo; formação humana integral; institutos federais; estado do conhecimento.

ABSTRACT

Professional Education aimed at rural populations represents an important space for discussions regarding the right to education, human development, and the appreciation of rural territories. Historically characterized by inequalities and by training focused mainly on productive demands, this educational field has gained new perspectives that advocate for a broader, critical, and integrated education connected to the realities of rural communities. In this context, this study aims to analyze the scientific production on Professional Education for rural students in the *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica* (RBEPT), from 2020 to 2026, seeking to identify approaches, contributions, and gaps found in academic research. Methodologically, this study is characterized as bibliographic research of the State of Knowledge type, based on Morosini and Fernandes (2014), through the analysis of scientific articles related to the theme. The results indicate that Rural Professional Education is situated within a context of disputes between different educational projects: on one hand, perspectives guided by market logic and technical training focused on the demands of the productive system; on the other, conceptions based on Integral Human Formation, which defend the articulation between work, science, culture, and technology. The analyzed studies highlight the importance of valuing rural knowledge, developing contextualized curricula, and strengthening students' autonomy. It is concluded that Professional Education for rural citizens must go beyond an instrumental perspective, assuming a commitment to critical education, human emancipation, and social transformation.

Keywords: Professional education; rural education; integral human formation; federal institutes; state of knowledge.

1 APONTAMENTOS INICIAIS

A Educação Profissional voltada ao campo ocupa lugar de extrema relevância nas discussões sobre o direito à educação e à formação humana no Brasil. Com o passar dos anos, as populações rurais tiveram acesso reduzido às políticas educacionais, sendo recorrentemente direcionado a modelos de ensino voltados apenas para a qualificação da força de trabalho. Como resultado, configurou-se uma visão de educação estruturada pela dualidade entre uma formação ampla, destinada às elites, e outra basicamente técnica, direcionada às classes trabalhadoras.

Nos últimos anos, a Educação do Campo passou a reivindicar uma proposta educativa engajada com as necessidades, os modos de vida e as identidades dos povos do campo. Nesse contexto, a Educação Profissional deixa de ser direcionada unicamente com a preparação para o mercado de trabalho e passa a ser estruturada como instrumento de desenvolvimento humano,

desenvolvendo o sendo de cidadania e transformação social. Essa perspectiva fundamenta-se na Formação Humana Integral, que visa integrar trabalho, ciência, cultura e tecnologia, favorecendo o desenvolvimento crítico.

No entanto, a concretização dessa abordagem possui diversos desafios resultantes das disputas entre projetos educacionais distintos. Enquanto políticas de orientação neoliberal visam priorizar a formação de trabalhadores preparados para atender às exigências do mercado, as concepções críticas defendem uma educação voltada a emancipação humana e com a alta valorização dos conhecimentos produzidos nos territórios rurais.

Diante desse contexto, torna-se necessário compreender como a produção científica brasileira tem discutido a Educação Profissional para os estudantes do campo. Deste modo, este artigo tem como objetivo analisar as publicações sobre essa temática na Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT), no período de 2020 a 2026, objetivando identificar as principais abordagens, colaborações e lacunas presentes nas pesquisas. Espera-se que os resultados contribuam para ampliar o debate sobre a Educação Profissional do Campo e fortaleçam reflexões acerca da construção de uma formação comprometida com a autonomia dos cidadãos e com a transformação do cenário social.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ALUNO DO CAMPO: FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL EM DISPUTA

A discussão sobre a Educação Profissional destinada aos sujeitos do campo exige compreender, inicialmente, as contradições históricas que marcam a constituição da educação brasileira. Durante séculos, o acesso ao conhecimento científico foi distribuído de forma desigual entre as diferentes classes sociais, produzindo uma dualidade estrutural que reservou às elites uma formação intelectual ampla e às classes trabalhadoras uma educação restrita à aprendizagem de habilidades práticas e instrumentais.

Essa dualidade manifesta-se de maneira ainda mais intensa nas populações rurais. Historicamente, os trabalhadores do campo foram submetidos a processos de marginalização educacional que limitaram suas oportunidades de escolarização e participação social. Conforme argumenta Caldart (2012), a educação rural tradicional esteve vinculada a um projeto político que visava manter os trabalhadores vinculados às necessidades produtivas do latifúndio, sem

lhes assegurar condições efetivas de acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

A Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo. Esta crítica nunca foi à educação em si, mas à forma como historicamente o Estado tratou os trabalhadores do campo, negando-lhes o direito ao acesso ao conhecimento e subordinando a educação aos interesses da estrutura agrária e do desenvolvimento do capital. A Educação do Campo afirma o direito dos povos do campo a uma educação produzida com sua participação, vinculada ao seu projeto de vida, de trabalho, de cultura e de transformação social (Caldart, 2012, p. 259).

Nesse cenário, a Educação do Campo emerge como uma proposta contra-hegemônica comprometida com a valorização dos sujeitos rurais e com a construção de um projeto educativo articulado aos interesses da classe trabalhadora do campo. Trata-se de uma concepção que reconhece o território rural como espaço de vida, cultura, trabalho, identidade e produção de conhecimentos.

Segundo Arroyo (2012), os sujeitos do campo carregam experiências históricas de resistência e organização coletiva que precisam ser reconhecidas pela escola. Assim, a educação não deve ser concebida apenas como mecanismo de transmissão de conteúdos, mas como prática social capaz de fortalecer processos de emancipação humana.

Nesse contexto, a Formação Humana Integral (FHI) assume centralidade como fundamento epistemológico da Educação Profissional. Conforme defendido por Moura (2017), a FHI busca superar a fragmentação do conhecimento e promover o desenvolvimento omnilateral dos estudantes por meio da articulação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

A função social da Educação Profissional não pode limitar-se à preparação imediata para o mercado de trabalho. Pelo contrário, ela deve contribuir para que os estudantes compreendam criticamente os processos produtivos, as relações sociais e as contradições históricas que estruturam a sociedade contemporânea.

A formação humana integral sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir

ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política (Brasil, 2007, p. 41).

A perspectiva omnilateral defendida por Marx (2013) constitui uma referência fundamental para esse debate. O autor compreende que o desenvolvimento humano deve abranger todas as dimensões da existência, superando a unilateralidade produzida pela divisão social do trabalho característica do capitalismo.

Para os estudantes do campo, essa concepção possui significado especial. A formação profissional não pode restringir-se à aprendizagem de técnicas agrícolas ou ao domínio de tecnologias produtivas. Ela deve possibilitar a compreensão dos processos históricos relacionados à concentração fundiária, às desigualdades sociais, aos conflitos agrários e às transformações ambientais que afetam os territórios rurais.

Ao defender a integração entre trabalho e educação, Ciavatta (2005) argumenta que o trabalho deve ser compreendido em sua dimensão ontológica. Trata-se da atividade fundamental por meio da qual os seres humanos produzem sua existência e constroem conhecimentos. Nessa perspectiva, o trabalho agrícola, as práticas agroecológicas, os saberes tradicionais e as formas de organização comunitária constituem importantes espaços de formação humana.

Todavia, a efetivação desse projeto educativo encontra inúmeros obstáculos. Frigotto (2010) adverte que a racionalidade neoliberal busca subordinar a educação às exigências do mercado, reduzindo a formação dos trabalhadores a processos de qualificação flexível destinados à manutenção da competitividade econômica.

Essa lógica mercadológica repercute diretamente sobre a Educação Profissional ofertada aos sujeitos do campo. Frequentemente, os currículos são organizados a partir de demandas produtivistas que privilegiam competências técnicas específicas em detrimento da formação crítica e cidadã.

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, a educação não pode ser compreendida como simples transmissão de conhecimentos necessários ao desempenho de determinadas funções sociais ou produtivas. Ela deve possibilitar aos sujeitos a apropriação dos conhecimentos historicamente construídos, permitindo a compreensão da realidade em que vivem e a participação consciente na transformação da sociedade. Quando a educação é subordinada exclusivamente às exigências do mercado, ocorre uma redução de sua

finalidade, pois a formação humana passa a ser substituída por uma preparação restrita às demandas econômicas imediatas (Saviani, 2011, p. 13).

Kuenzer (2011) ressalta que a escola não pode assumir a função exclusiva de formação de mão de obra. Sua tarefa principal consiste em garantir aos estudantes o acesso ao conhecimento científico, tecnológico e cultural necessário à compreensão e transformação da realidade.

Dessa forma, a Educação Profissional para os sujeitos do campo configura-se como um espaço de permanente disputa entre diferentes projetos societários. De um lado, encontram-se as propostas alinhadas à lógica do capital, orientadas pela formação de trabalhadores adaptáveis às exigências do mercado. De outro, situam-se as concepções críticas comprometidas com a emancipação humana e com a transformação social.

A educação profissional, como prática social, não é neutra, pois está inserida em uma sociedade marcada por interesses antagônicos e por diferentes projetos de formação humana. De um lado, encontra-se uma perspectiva subordinada aos interesses do capital, que reduz a educação à preparação de indivíduos para atender às necessidades do mercado de trabalho, enfatizando a produtividade, a empregabilidade e a adaptação às mudanças do sistema produtivo. De outro lado, coloca-se uma concepção que compreende a educação como processo de formação integral, capaz de possibilitar aos sujeitos a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos e a compreensão crítica das relações sociais, econômicas e políticas que estruturam a realidade. Nessa perspectiva, a educação profissional assume um caráter emancipatório, articulando trabalho, ciência, cultura e tecnologia na construção de sujeitos capazes de intervir e transformar a sociedade (Frigotto, 2010, p. 11).

Essa tensão torna-se particularmente evidente nos Institutos Federais, instituições que assumem formalmente o compromisso com a Formação Humana Integral. Embora seus documentos institucionais defendam a articulação entre ciência, cultura, trabalho e tecnologia, a materialização desse horizonte formativo depende de práticas pedagógicas concretas capazes de enfrentar as contradições presentes no cotidiano escolar.

Portanto, a Educação Profissional para os estudantes do campo não pode ser compreendida apenas como uma modalidade de ensino. Ela constitui um projeto político-pedagógico comprometido com a democratização do conhecimento, com a valorização dos saberes camponeses e com a construção de condições objetivas para a emancipação da classe trabalhadora rural.

3 O CAMINHO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ALUNO DO CAMPO

3.1 CAMINHO METODOLÓGICO: A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica do tipo Estado do Conhecimento, fundamentada nas contribuições de Morosini e Fernandes (2014). Essa modalidade investigativa permite identificar, sistematizar e analisar a produção científica existente sobre determinado fenômeno educacional, possibilitando a compreensão de tendências, lacunas e perspectivas teóricas predominantes.

Estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica importante é que ele permite compreender o movimento da ciência, identificando temáticas recorrentes, abordagens teóricas predominantes, metodologias utilizadas e possíveis lacunas existentes na produção acadêmica (Morosini; Fernandes, 2014, p.155).

Para constituição do corpus, utilizou-se como base de dados a Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT), por se tratar de um dos principais periódicos especializados na área da Educação Profissional e Tecnológica brasileira. Foram adotados os descritores: Educação do Campo; Educação Profissional; Formação Humana Integral; Ensino Médio Integrado; Trabalho como Princípio Educativo.

O recorte temporal compreendeu o período entre 2020 e 2026, considerando a expansão recente das discussões sobre Educação do Campo e Educação Profissional.

Inicialmente foram localizados 32 artigos relacionados à temática. Após leitura dos títulos, resumos, palavras-chave e objetivos, foram selecionadas 10 produções que apresentavam aderência direta ao objeto de estudo.

A análise do corpus foi conduzida sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, permitindo compreender a Educação Profissional do Campo como fenômeno social atravessado por contradições históricas, políticas e econômicas.

3.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das produções permitiu identificar três grandes eixos temáticos predominantes.

O primeiro eixo refere-se à defesa da Formação Humana Integral como fundamento da Educação Profissional para os sujeitos do campo. Os estudos evidenciam a necessidade de superar práticas tecnicistas e promover currículos integrados que articulem ciência, cultura, trabalho e tecnologia.

O segundo eixo concentra-se na valorização dos saberes camponeses. As pesquisas apontam que a construção de propostas pedagógicas contextualizadas fortalece a identidade dos estudantes e contribui para a permanência qualificada dos jovens em seus territórios.

O terceiro eixo evidencia as tensões produzidas pela racionalidade neoliberal. Diversos estudos denunciam o avanço de políticas educacionais orientadas por demandas produtivistas que tendem a reduzir a Educação Profissional à formação de força de trabalho adaptável às exigências do mercado.

Observa-se, portanto, que a Educação Profissional para os estudantes do campo permanece como um campo de disputa. Enquanto as normativas institucionais defendem uma formação integral e emancipatória, as pressões econômicas e políticas frequentemente direcionam a educação para perspectivas instrumentalizadoras.

Os resultados confirmam as análises de Frigotto (2010), Moura (2017) e Caldart (2012), segundo as quais a efetivação da Formação Humana Integral exige resistência permanente às tendências de mercantilização da educação.

Nesse sentido, a literatura analisada converge para a compreensão de que a Educação Profissional do Campo deve constituir-se como espaço de formação crítica, fortalecimento das identidades camponesas e construção de alternativas de desenvolvimento socialmente referenciadas.

4 APONTAMENTOS FINAIS

A análise das publicações da *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica* demonstrou que a Educação Profissional dirigida aos sujeitos do campo vem sendo discutida, preponderante, a partir da ótica da Formação Humana Integral, entendida como um projeto

educativo comprometido com a integração entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia. As produções analisadas reforçam a necessidade de superar concepções reducionistas de educação, baseadas unicamente na qualificação da força de trabalho, em favor de uma formação que possibilite aos estudantes compreender criticamente a realidade e atuar na transformação de seus territórios.

Por outro lado, o estudo revelou que esse campo continua marcado por disputas entre diferentes projetos de sociedade. Embora os trabalhos defendam uma educação que possibilite autonomia, também demonstram os desafios impostos pelas políticas educacionais orientadas por interesses voltados somente no mercado de trabalho, que tendem a restringir a função social da Educação Profissional.

Portanto, nota-se que ainda são reduzidas as pesquisas que tratam particularmente da Educação Profissional para os sujeitos do campo, o que mostra a necessidade de expandir a produção científica sobre esse tema. Espera-se que este Estado do Conhecimento contribua para fortalecer o debate acadêmico, financiar novas investigações e fomentar a construção de práticas educativas comprometidas com o direito à educação, a valorização dos saberes rurais e a formação humana de forma integral.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**: Documento Base. Brasília: MEC/SETec, 2007.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 85-101, jul./dez. 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

MOURA, Dante Henrique. **Educação profissional**: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas. Natal: IFRN, 2017.